

SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA	13
→ PREGO DAS LETRAS.....	13
→ ACENTUAÇÃO.....	16
→ SUBSTANTIVO	21
→ ADJETIVO	25
→ CONJUGAÇÃO. RECONHECIMENTO E EMPREGO DOS MODOS E TEMPOS VERBAIS.....	28
→ CORRELAÇÃO VERBAL.....	32
→ LOCUÇÃO VERBAL.....	36
→ PRONOMES PESSOAIS.....	36
→ PRONOMES DE TRATAMENTO.....	39
→ PRONOMES INDEFINIDOS.....	40
→ PRONOMES DEMONSTRATIVOS.....	40
→ PRONOMES RELATIVOS.....	42
→ ADVÉRBIO	44
→ NUMERAL.....	48
→ PREPOSIÇÃO.....	48
→ CONJUNÇÃO.....	50
→ COLOCAÇÃO PRONOMINAL	60
→ SINÔNIMOS E ANTÔNIMOS	65
→ PONTUAÇÃO (PONTO, VÍRGULA, TRAVESSÃO, ASPAS, PARÊNTESES ETC)	69
→ REGÊNCIA NOMINAL E VERBAL (CASOS GERAIS).....	77
→ CRASE.....	83
→ CONCORDÂNCIA (VERBAL E NOMINAL).....	90
→ FIGURAS DE LINGUAGEM	94
→ INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS (COMPREENSÃO).....	100
MATEMÁTICA	119
→ NÚMEROS NATURAIS: INTRODUÇÃO, REPRESENTAÇÃO, PROPRIEDADES.....	119
→ ADIÇÃO, SUBTRAÇÃO, MULTIPLICAÇÃO E DIVISÃO DE NÚMEROS NATURAIS.....	119
→ DIVISIBILIDADE, NÚMEROS PRIMOS, FATORES PRIMOS, DIVISOR E MÚLTIPLO COMUM (MMC).....	122
→ NÚMEROS RACIONAIS: INTRODUÇÃO, REPRESENTAÇÃO, PROPRIEDADES	123

→ FRAÇÕES E DÍZIMAS PERIÓDICAS.....	123
→ OPERAÇÕES COM NÚMEROS DECIMAIS.....	126
→ PORCENTAGEM.....	127
→ INTERPRETAÇÃO DE GRÁFICOS E TABELAS.....	129
→ PROPORÇÕES. GRANDEZAS PROPORCIONAIS. DIVISÃO EM PARTES PROPORCIONAIS	130
→ REGRA DE TRÊS SIMPLES.....	132
→ REGRA DE TRÊS COMPOSTA.....	133
→ EXERCÍCIOS ENVOLVENDO VELOCIDADE, ESPAÇO, TEMPO.....	134
→ UNIDADES DE MEDIDA (DISTÂNCIA, MASSA, VOLUME, TEMPO ETC.)	135
→ SISTEMA MONETÁRIO	136
→ LOGARITMO.....	136
→ EQUAÇÕES DE PRIMEIRO GRAU	136
→ EQUAÇÕES DE SEGUNDO GRAU E EQUAÇÕES BIQUADRADAS	138
→ PONTO, RETA, PLANO, SEGMENTOS DE RETA: PROPOSIÇÕES PRIMITIVAS, POSIÇÕES RELATIVAS	139
→ GEOMETRIA ESPACIAL	139

DIREITOS HUMANOS 143

→ DIREITO CONSTITUCIONAL - DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS (ART. 5º DA CF, DE 1988).....	143
→ DIREITOS HUMANOS - CONCEITOS, HISTÓRICO E GERAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS.....	149
→ DIREITOS HUMANOS - DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS (DUDH).....	149
→ DIREITOS HUMANOS - PACTO INTERNACIONAL DOS DIREITOS CIVIS E POLÍTICOS (PIDCP).....	151
→ DIREITOS HUMANOS - SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS.....	151
→ DIREITOS HUMANOS - FONTES, CLASSIFICAÇÃO E PRINCÍPIOS DOS DIREITOS HUMANOS INTERNACIONAIS	152
→ DIREITOS HUMANOS - DEVERES DOS ESTADOS E DIREITOS PROTEGIDOS (ARTS. 1º A 32 DA CIDH-OAS)	152
→ DIREITOS HUMANOS - CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (DECRETO Nº 6.949, DE 2009).....	152
→ DIREITOS HUMANOS - CONVENÇÃO DO ESTATUTO DOS REFUGIADOS (LEI Nº 9.474, DE 1997).....	152
→ LEGISLAÇÃO PENAL E PROCESSUAL PENAL ESPECIAL - LEI Nº 9.455, DE 1997 - CRIMES DE TORTURA.....	153

DIREITO ADMINISTRATIVO 155

→ DIREITO ADMINISTRATIVO - ORIGEM, CONCEITO E FONTES DO DIREITO ADMINISTRATIVO	155
→ DIREITO ADMINISTRATIVO - REGIME JURÍDICO DA ADMINISTRAÇÃO E REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO	156
→ DIREITO ADMINISTRATIVO - PRINCÍPIOS EXPRESSOS, EXPLÍCITOS OU CONSTITUCIONAIS.....	156
→ DIREITO ADMINISTRATIVO - PRINCÍPIOS IMPLÍCITOS, RECONHECIDOS E INFRACONSTITUCIONAIS	158
→ DIREITO ADMINISTRATIVO - CONCEITO DE ATOS ADMINISTRATIVOS.....	159
→ DIREITO ADMINISTRATIVO - ELEMENTOS, REQUISITOS E PRESSUPOSTOS (ATOS ADMINISTRATIVOS).....	159
→ DIREITO ADMINISTRATIVO - ATRIBUTOS OU CARACTERÍSTICAS DOS ATOS ADMINISTRATIVOS	160

→ DIREITO ADMINISTRATIVO - ATOS ADMINISTRATIVOS: ESPÉCIES, CLASSIFICAÇÃO, FASES DE CONSTITUIÇÃO	161
→ DIREITO ADMINISTRATIVO - DESFAZIMENTO DO ATO ADMINISTRATIVO (ANULAÇÃO, REVOGAÇÃO, CASSAÇÃO, CADUCIDADE, CONTRAPOSIÇÃO)	162
→ DIREITO ADMINISTRATIVO - CONVALIDAÇÃO E CONVERSÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS.....	163
→ DIREITO ADMINISTRATIVO - PODER VINCULADO E DISCRICIONÁRIO	163
→ DIREITO ADMINISTRATIVO - PODER REGULAMENTAR.....	164
→ DIREITO ADMINISTRATIVO - PODER HIERÁRQUICO.....	164
→ DIREITO ADMINISTRATIVO - PODER DISCIPLINAR.....	164
→ DIREITO ADMINISTRATIVO - PODER DE POLÍCIA	164
→ DIREITO ADMINISTRATIVO - ABUSO DE PODER: EXCESSO DE PODER E DESVIO DE FINALIDADE (PODERES DA ADMINISTRAÇÃO).....	165
→ DIREITO ADMINISTRATIVO - DEVERES DA ADMINISTRAÇÃO	165
→ DIREITO ADMINISTRATIVO - ADMINISTRAÇÃO DIRETA (ÓRGÃOS PÚBLICOS).....	166
→ DIREITO ADMINISTRATIVO - ADMINISTRAÇÃO INDIRETA.....	167
→ DIREITO ADMINISTRATIVO - DESCONCENTRAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO	168
→ DIREITO ADMINISTRATIVO - AGÊNCIAS REGULADORAS E EXECUTIVAS	169
→ DIREITO ADMINISTRATIVO - TERCEIRO SETOR (OSS, OSCIPS, SISTEMA S E FUNDAÇÕES DE APOIO).....	169
→ DIREITO ADMINISTRATIVO - LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 741/2019 - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL BÁSICA E MODELO DE GESTÃO (SC)	169
→ DIREITO ADMINISTRATIVO - ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DOS MUNICÍPIOS.....	170
→ DIREITO ADMINISTRATIVO - RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO.....	170
→ DIREITO ADMINISTRATIVO - CONCEITOS (SERVIÇOS PÚBLICOS - LEI Nº 8.987/1995)	171
→ DIREITO ADMINISTRATIVO - CLASSIFICAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS.....	171
→ DIREITO ADMINISTRATIVO - LEI Nº 11.079/2004 - PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA (PPP).....	172
→ DIREITO ADMINISTRATIVO - LEI Nº 11.107/2005 - NORMAS GERAIS DE CONTRATAÇÃO DE CONSÓRCIOS PÚBLICOS.....	172
→ DIREITO ADMINISTRATIVO - CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO: CONCEITOS, PRINCÍPIOS, ABRANGÊNCIA E CLASSIFICAÇÕES.....	173
→ DIREITO ADMINISTRATIVO - PARLAMENTAR DIRETO (CONTROLE POLÍTICO).....	173
→ DIREITO ADMINISTRATIVO - CONTROLE JURISDICIONAL	173
→ DIREITO ADMINISTRATIVO - CLASSIFICAÇÃO DOS BENS PÚBLICOS.....	174
→ DIREITO ADMINISTRATIVO - CARACTERÍSTICAS DOS BENS PÚBLICOS	174
→ DIREITO ADMINISTRATIVO - AQUISIÇÃO DE BENS PELO ESTADO.....	174
→ DIREITO ADMINISTRATIVO - CONCEITO PARA AGENTES PÚBLICOS.....	174
→ DIREITO ADMINISTRATIVO - CLASSIFICAÇÃO DOS AGENTES PÚBLICOS	175
→ DIREITO ADMINISTRATIVO - FUNÇÕES, CARGOS E EMPREGOS PÚBLICOS	175
→ DIREITO ADMINISTRATIVO - CONCURSO PÚBLICO.....	176
→ DIREITO ADMINISTRATIVO - ACESSIBILIDADE AOS CARGOS E EMPREGOS PÚBLICOS	176
→ DIREITO ADMINISTRATIVO - ACUMULAÇÃO DE CARGOS E EMPREGOS PÚBLICOS E FUNÇÕES.....	176
→ DIREITO ADMINISTRATIVO - ESTABILIDADE E ESTÁGIO PROBATÓRIO	177
→ DIREITO ADMINISTRATIVO - ASSOCIAÇÃO SINDICAL E DIREITO DE GREVE	177
→ DIREITO ADMINISTRATIVO - REMUNERAÇÃO (COMPONENTES, SUBSÍDIO, TETO, EQUIPRAÇÃO, VINCULAÇÃO, IRREDUTIBILIDADE, ETC)	177

→ DIREITO ADMINISTRATIVO - DISPOSIÇÕES GERAIS, DIREITOS E DEVERES DO ADMINISTRADO (ARTS. 1º A 4º DA LEI Nº 9.784/1999)	178
→ DIREITO ADMINISTRATIVO - TRÂMITE DO PROCESSO (ARTS. 5º A 10 E 29 A 50 DA LEI Nº 9.784, DE 1999).....	178
→ DIREITO ADMINISTRATIVO - DA ANULAÇÃO, REVOGAÇÃO E CONVALIDAÇÃO (ARTS. 53 A 55 DA LEI Nº 9.784, DE 1999)	179
→ DIREITO ADMINISTRATIVO - DOS PRAZOS E DAS SANÇÕES (ARTS. 66 A 68 DA LEI Nº 9.784, DE 1999).....	179

LEGISLAÇÃO.....181

→ DIREITO CONSTITUCIONAL - SEGURANÇA PÚBLICA (ART. 144 DA CF, DE 1988)	181
→ DIREITO CONSTITUCIONAL - CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.....	182
→ LEGISLAÇÃO MILITAR - LEI ESTADUAL Nº 443, DE 1981 - ESTATUTO DOS POLICIAIS MILITARES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.....	182

DIREITO PENAL.....185

→ DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES (ECA - ARTS. 1º AO 6º).....	185
→ DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - DO DIREITO À VIDA E À SAÚDE (ECA - ARTS. 7 AO 14).....	185
→ DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - DO DIREITO À LIBERDADE, AO RESPEITO E À DIGNIDADE (ECA - ARTS. 15 AO 18-B)	186
→ DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - DISPOSIÇÕES GERAIS (DO DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR, ECA, ARTS. 19 AO 24)	186
→ DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - DO DIREITO À EDUCAÇÃO, À CULTURA, AO ESPORTE E AO LAZER (ECA - ARTS. 53 AO 59)	187
→ DIREITO DO CONSUMIDOR - CARACTERÍSTICAS, PRINCÍPIOS E DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 1º AO 3º)	187
→ DIREITO DO CONSUMIDOR - DA RESPONSABILIDADE PELO FATO DO PRODUTO E DO SERVIÇO (ARTS. 12 AO 17).....	187
→ DIREITO DO CONSUMIDOR - DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA (ART. 28)	188
→ DIREITO DO CONSUMIDOR - DA PROTEÇÃO CONTRATUAL (ARTS. 46 A 54).....	188
→ DIREITO PENAL - PRINCÍPIO DA LEGALIDADE PENAL, DA ANTERIORIDADE PENAL E DEMAIS PRINCÍPIOS DECORRENTES	188
→ DIREITO PENAL - PRINCÍPIOS MODERNOS DE DIREITO PENAL	188
→ DIREITO PENAL - LEI PENAL (CONCEITO, CLASSIFICAÇÃO, CARACTERÍSTICAS, INTERPRETAÇÃO).....	188
→ DIREITO PENAL - DA CONTAGEM DOS PRAZOS	189
→ DIREITO PENAL - LUGAR DO CRIME	189
→ DIREITO PENAL - PRINCÍPIO DA TERRITORIALIDADE	189
→ DIREITO PENAL - PRINCÍPIO DA EXTRATERRITORIALIDADE	189
→ DIREITO PENAL - DOLO, CULPA E PRETERDOLO	189
→ DIREITO PENAL - ERRO DE TIPO	189
→ DIREITO PENAL - FASES DO DELITO	189
→ DIREITO PENAL - TENTATIVA (CRIME)	190
→ DIREITO PENAL - CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A ILICITUDE E SUAS EXCLUDENTES	190

→ DIREITO PENAL - ESTADO DE NECESSIDADE.....	190
→ DIREITO PENAL - LEGÍTIMA DEFESA.....	190
→ DIREITO PENAL - CONCEITOS GERAIS DA CULPABILIDADE	191
→ DIREITO PENAL - IMPUTABILIDADE PENAL.....	191
→ DIREITO PENAL - DA APLICAÇÃO DA PENA.....	191
→ DIREITO PENAL - CONCURSO DE CRIMES.....	191
→ DIREITO PENAL - EFEITOS DA CONDENAÇÃO.....	192
→ DIREITO PENAL - HOMICÍDIO (ART. 121 DO CP).....	192
→ DIREITO PENAL - DAS LESÕES CORPORAIS (ART. 129 DO CP).....	192
→ DIREITO PENAL - DOS CRIMES CONTRA A HONRA (ARTS. 138 A 145 DO CP).....	192
→ DIREITO PENAL - DO FURTO (ARTS. 155 E 156 DO CP).....	193
→ DIREITO PENAL - DO ROUBO E DA EXTORSÃO (ARTS. 157 A 160 DO CP)	193
→ DIREITO PENAL - DO DANO (ARTS. 163 A 167 DO CP).....	193
→ DIREITO PENAL - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS DOS CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO (ARTS. 181 A 183 DO CP).....	193
→ DIREITO PENAL - DOS CRIMES CONTRA A LIBERDADE SEXUAL (ARTS. 213 A 216 DO CP).....	193
→ DIREITO PENAL - DOS CRIMES SEXUAIS CONTRA VULNERÁVEL (ARTS. 217-A A 226 DO CP).....	193
→ DIREITO PENAL - DOS CRIMES DE PERIGO COMUM (ARTS. 250 A 259 DO CP).....	194
→ DIREITO PENAL - DOS CRIMES CONTRA A PAZ PÚBLICA (ARTS. 286 A 288-A DO CP).....	194
→ DIREITO PENAL - MOEDA FALSA (ART. 289 DO CP).....	194
→ DIREITO PENAL - FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTO PÚBLICO (ART. 297 DO CP)	194
→ DIREITO PENAL - CERTIDÃO/ATESTADO IDEOLOGICAMENTE FALSO E FALSIDADE MATERIAL DE ATESTADO/CERTIDÃO (ART. 301 DO CP).....	194
→ DIREITO PENAL - PECULATO (ART. 312 DO CP).....	195
→ DIREITO PENAL - INSERÇÃO DE DADOS FALSOS EM SISTEMA DE INFORMAÇÕES (ART. 313-A DO CP)	195
→ DIREITO PENAL - MODIFICAÇÃO OU ALTERAÇÃO NÃO AUTORIZADA DE SISTEMA DE INFORMAÇÕES (ART. 313-B DO CP)	196
→ DIREITO PENAL - CONCUSSÃO E EXCESSO DE EXAÇÃO (ART. 316 DO CP).....	196
→ DIREITO PENAL - CORRUPÇÃO PASSIVA (ART. 317 DO CP)	196
→ DIREITO PENAL - PREVARICAÇÃO (ARTS. 319 E 319-A DO CP)	196
→ DIREITO PENAL - CONDESCENDÊNCIA CRIMINOSA (ART. 320 DO CP)	197
→ DIREITO PENAL - ADVOCACIA ADMINISTRATIVA (ART. 321 DO CP)	197
→ DIREITO PENAL - ABANDONO DE FUNÇÃO (ART. 323 DO CP).....	197
→ DIREITO PENAL - VIOLAÇÃO DE SIGILO FUNCIONAL (ART. 325 DO CP)	197
→ DIREITOS HUMANOS - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES (ARTS. 1º AO 7º DA LEI Nº 10.741, DE 2003)	197
→ DIREITOS HUMANOS - DO DIREITO À LIBERDADE, AO RESPEITO E À DIGNIDADE (ART. 10 DA LEI Nº 10.741, DE 2003)	197
→ DIREITOS HUMANOS - DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (ARTS. 33 AO 36 DA LEI Nº 10.741, DE 2003)	198
→ DIREITOS HUMANOS - DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 1º AO 3º DA LEI Nº 13.146, DE 2015).....	198
→ DIREITOS HUMANOS - DA IGUALDADE E DA NÃO DISCRIMINAÇÃO (ARTS. 4º AO 9º DA LEI Nº 13.146, DE 2015)	198
→ DIREITOS HUMANOS - DO DIREITO À VIDA (ARTS. 10 A 13 DA LEI Nº 13.146, DE 2015).....	199
→ DIREITOS HUMANOS - DO DIREITO À SAÚDE (ARTS. 18 A 26 DA LEI Nº 13.146, DE 2015)	199

→ DIREITOS HUMANOS - DO DIREITO À EDUCAÇÃO (ARTS. 27 A 30 DA LEI Nº 13.146, DE 2015).....	199
→ DIREITOS HUMANOS - DO DIREITO À MORADIA (ARTS. 31 A 33 DA LEI Nº 13.146, DE 2015).....	200
→ DIREITOS HUMANOS - DO DIREITO AO TRABALHO (ARTS. 34 A 38 DA LEI Nº 13.146, DE 2015)	200
→ DIREITOS HUMANOS - DO DIREITO À ASSISTÊNCIA E À PREVIDÊNCIA SOCIAL (ARTS. 39 A 41 DA LEI Nº 13.146, DE 2015).....	201
→ DIREITOS HUMANOS - DO DIREITO AO TRANSPORTE E À MOBILIDADE (ARTS. 46 A 52 DA LEI Nº 13.146, DE 2015)	201
→ DIREITOS HUMANOS - DA ACESSIBILIDADE (ARTS. 53 AO 76 DA LEI Nº 13.146, DE 2015)	201
→ DIREITOS HUMANOS - DA ACESSIBILIDADE (ARTS. 53 AO 76 DA LEI Nº 13.146, DE 2015).....	202
→ LEGISLAÇÃO PENAL E PROCESSUAL PENAL ESPECIAL - LEI Nº 8.072, DE 1990 - CRIMES HEDIONDOS	202
→ LEGISLAÇÃO PENAL E PROCESSUAL PENAL ESPECIAL - DO REGISTRO (ARTS 3º AO 5º DA LEI Nº 10.826, DE 2003).....	202
→ LEGISLAÇÃO PENAL E PROCESSUAL PENAL ESPECIAL - DO PORTE (ARTS 6º AO 11 DA LEI Nº 10.826, DE 2003).....	202
→ LEGISLAÇÃO PENAL E PROCESSUAL PENAL ESPECIAL - DOS CRIMES E DAS PENAS (ARTS. 12 AO 21 DA LEI Nº 10.826, DE 2003).....	202
→ LEGISLAÇÃO PENAL E PROCESSUAL PENAL ESPECIAL - DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER (ARTS. 5º A 7º DA LEI Nº 11.340, DE 2006).....	203
→ LEGISLAÇÃO PENAL E PROCESSUAL PENAL ESPECIAL - DA ASSISTÊNCIA. À MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA/FAMILIAR (ARTS. 8º A 12 DA LEI Nº 11.340, DE 2006)	203
→ LEGISLAÇÃO PENAL E PROCESSUAL PENAL ESPECIAL - DAS MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA (ARTS. 18 A 24-A DA LEI Nº 11.340, DE 2006)	203
→ LEGISLAÇÃO PENAL E PROCESSUAL PENAL ESPECIAL - DO SISTEMA NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE DROGAS - SISNAD (ART. 3º A 17 DA LEI Nº 11.343, DE 2006)	204
→ LEGISLAÇÃO PENAL E PROCESSUAL PENAL ESPECIAL - DA PREVENÇÃO DO USO INDEVIDO, ATENÇÃO E REINSERÇÃO SOCIAL (ARTS. 18 A 30 DA LEI Nº 11.343, DE 2006).....	204
→ LEGISLAÇÃO PENAL E PROCESSUAL PENAL ESPECIAL - DISPOSIÇÕES GERAIS E DOS CRIMES (ARTS. 31 A 47 DA LEI Nº 11.343, DE 2006).....	204
→ LEGISLAÇÃO PENAL E PROCESSUAL PENAL ESPECIAL - LEI Nº 13.869, DE 2019 (ANTIGA LEI Nº 4.898, DE 1965) - LEI DE ABUSO DE AUTORIDADE	205

DIREITO PROCESSUAL PENAL.....207

→ DIREITO PROCESSUAL PENAL - PROCESSO PENAL, SEUS SISTEMAS E PRINCÍPIOS	207
→ DIREITO PROCESSUAL PENAL - INQUÉRITO POLICIAL (ARTS. 4º A 23, DO CPP).....	207
→ DIREITO PROCESSUAL PENAL - DA AÇÃO PENAL (ARTS. 24 A 62, DO CPP).....	209
→ DIREITO PROCESSUAL PENAL - CRITÉRIO DE FIXAÇÃO DE COMPETÊNCIA	210
→ DIREITO PROCESSUAL PENAL - TEORIA GERAL DA PROVA PENAL (ARTS. 155 A 157, DO CPP)	210
→ DIREITO PROCESSUAL PENAL - DO EXAME DE CORPO DE DELITO, DA CADEIA DE CUSTÓDIA E DAS PERÍCIAS EM GERAL (ARTS. 158 A 184, DO CPP).....	211
→ DIREITO PROCESSUAL PENAL - DO INTERROGATÓRIO DO ACUSADO (ARTS. 185 A 196 DO CPP)	211
→ DIREITO PROCESSUAL PENAL - DAS TESTEMUNHAS (ARTS. 202 A 225, DO CPP).....	211
→ DIREITO PROCESSUAL PENAL - DO RECONHECIMENTO DE PESSOAS E COISAS (ARTS. 226 A 228, DO CPP)	212
→ DIREITO PROCESSUAL PENAL - DA BUSCA E APREENSÃO (ARTS. 240 A 250, DO CPP).....	212
→ DIREITO PROCESSUAL PENAL - DISPOSIÇÕES GERAIS E PRISÃO ESPECIAL (ARTS. 282 A 300 DO CPP)....	213

→ DIREITO PROCESSUAL PENAL - DA PRISÃO EM FLAGRANTE (ARTS. 301 A 310, DO CPP).....	213
→ DIREITO PROCESSUAL PENAL - DA PRISÃO PREVENTIVA (ARTS. 311 A 316, DO CPP)	214
→ DIREITO PROCESSUAL PENAL - DA PRISÃO DOMICILIAR (ARTS. 317 E 318, DO CPP)	214
→ DIREITO PROCESSUAL PENAL - DA LIBERDADE PROVISÓRIA, COM OU SEM FIANÇA (ARTS. 321 A 350, DO CPP)	214
→ DIREITO PROCESSUAL PENAL - DA COMUNICAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS (ARTS. 351 A 372, DO CPP)	215
→ DIREITO PROCESSUAL PENAL - FASE POSTULATÓRIA (ARTS. 395 A 397, DO CPP).....	215
→ DIREITO PROCESSUAL PENAL - FASE DECISÓRIA E SENTENÇA PENAL (ARTS. 381 A 392, DO CPP).....	215
→ DIREITO PROCESSUAL PENAL - HABEAS CORPUS (ARTS. 647 A 667, DO CPP)	215
→ DIREITO PROCESSUAL PENAL - JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES SOBRE TEORIA GERAL DA PROVA PENAL	216
→ DIREITO PROCESSUAL PENAL - JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES SOBRE PRISÃO, MEDIDAS CAUTELARES E LIBERDADE PROVISÓRIA.....	216
→ DIREITO PROCESSUAL PENAL - JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES SOBRE PROCEDIMENTOS ESPECIAIS.....	216

DIREITOS HUMANOS

→ DIREITO CONSTITUCIONAL - DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS (ART. 5º DA CF, DE 1988)

1. (IBADE – 2022) A Constituição Federal Brasileira de 1988 prevê que a casa é asilo inviolável do indivíduo. Porém, define expressamente algumas situações excepcionais em que é possível o ingresso no domicílio, como por exemplo:

- em caso de flagrante delito.
- sem o consentimento do morador.
- por determinação judicial, durante a noite.
- na hipótese de o morador possuir antecedentes criminais.
- quando houver pelo menos duas testemunhas do ingresso no domicílio.

2. (IBADE – 2022) Conforme previsão constitucional, para que os cidadãos se reúnam pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, é necessário:

- autorização da Prefeitura.
- que a reunião tenha caráter paramilitar.
- atendimento da função social da propriedade.
- apenas prévio aviso à autoridade competente.
- frustração de outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local.

3. (IBADE – 2022) O crime de racismo é punido com pena de:

- morte.
- banimento.
- trabalhos forçados.
- detenção.
- reclusão.

4. (IBADE – 2022) Inácio, policial civil, recebeu uma ordem judicial para realizar o cumprimento de um mandado de busca e apreensão na casa de um de seus investigados. A alternativa correta sobre como Inácio deve proceder nesta situação é:

- A casa é asilo inviolável do indivíduo, não podendo Inácio penetrar nela sem consentimento do morador.
- Como a determinação foi judicial, poderá Inácio penetrar na casa durante o dia ou à noite.
- A casa é asilo inviolável do indivíduo, salvo somente em caso de flagrante delito.
- Como a determinação foi judicial, Inácio poderá penetrar na casa durante o dia.
- A casa não é asilo inviolável, podendo Inácio penetrar na casa durante qualquer horário do dia.

5. (IBADE – 2022) Segundo a Constituição Federal de 1988, sabe-se que todos são iguais perante a lei. Partindo desta premissa:

- é inviolável o sigilo de correspondência e das comunicações, salvo por ordem administrativa.
- todos podem reunir-se pacificamente em locais abertos ao público, precisando para tanto de autorização do Estado.
- é livre a manifestação de pensamento, sendo vedado o anonimato.
- o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita a todos os cidadãos.
- é reconhecida a instituição do júri em julgamento de crimes culposos contra a vida.

6. (IBADE – 2022) Um dos parágrafos da Constituição Brasileira assinala que ninguém será abrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa, senão em virtude da Lei. Identifique nas alternativas, a que Princípio fundamental consagrado na Constituição Federal de 1988, esse parágrafo pertence.

- da Nacionalidade.
- direitos sociais.
- dos direitos e deveres individuais e coletivos.
- dos direitos políticos.
- dos partidos políticos

7. (IBADE – 2022) Sobre direitos e garantias fundamentais, a Constituição Federal de 1988 (CF/88) dispõe que são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas. Em caso de violação, a CF/88 prevê que:

- Haverá decretação de prisão simples, de 15 a 30 dias.
- Haverá decretação de pena de reclusão, de 10 a 20 anos.
- É assegurado direito constitucional de retratação, conhecido como exceção da verdade.
- É assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente da violação.

8. (IBADE – 2022) Quanto aos direitos e garantias fundamentais, a CF/88 dispõe que a locomoção no território nacional em tempo de paz é:

- Livre.
- Condicionada ao resguardo do sigilo de fonte.
- Condicionada ao pagamento de multas de trânsito.
- Condicionada à aquisição de uma propriedade privada.

9. (IBADE – 2022) A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar. Porém, configura exceção a esta regra:

- Caso de flagrante delito.
- Se o morador for reincidente em crimes.
- Por determinação judicial, durante a noite.

d) Na hipótese de ser sabido que o morador deve pensão alimentícia há mais de dois meses.

10. (IBADE – 2022) É garantido ao preso ser informado de seus direitos, entre os quais, o de:

- a) Permanecer calado.
- b) Cometer novos crimes dentro da cadeia.
- c) Ter a prisão ilegal confirmada pelo juízo.
- d) Ser defendido em juízo por membro da família, ainda que sem procuração.

11. (IBADE – 2022) A CF/88 prevê que para reunião pacífica, sem armas, em locais abertos ao público, é necessário:

- a) Autorização da autoridade competente.
- b) Prévio aviso à autoridade competente.
- c) Frustrar outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local.
- d) Que as armas estejam guardadas em lugar seguro, com acesso do Governador do estado.

12. (IBADE – 2022) A CF/88 garante a todos o direito de propriedade, porém prevê que a propriedade:

- a) Atenderá a sua função social.
- b) Deve estar registrada no nome do homem patriarca da família.
- c) Está mesmo garantida apenas àqueles com renda bruta mensal superior a cinco salários-mínimos.
- d) Deve ser dividida ao meio, sendo que metade ficará destinada ao desenvolvimento de atividades agropecuárias.

13. (IBADE – 2022) De acordo com a CF/88, o racismo constitui:

- a) Crime.
- b) Contravenção penal.
- c) Infração administrativa.
- d) Ato lícito.

14. (IBADE – 2022) A inviolabilidade de domicílio é direito constitucional, porém existem exceções previstas na própria Constituição que permitem o ingresso no domicílio alheio. Uma delas é para:

- a) Prestar socorro.
- b) Praticar infrações penais.
- c) Prender pessoas que tenham cometido crimes hediondos no passado.
- d) Efetuar a prisão preventiva de alguém procurado pela Justiça, desde que o mandado de prisão seja cumprido no período noturno, quando é mais certo que o procurado estará em casa no momento da diligência.

15. (IBADE – 2022) A locomoção no território nacional em tempo de paz é:

- a) Livre.
- b) Condicionada à apresentação de passaporte.
- c) Condicionada à apresentação de identidade (RG).
- d) Condicionada ao requisito de ser brasileiro nato.

16. (IBADE – 2022) O respeito à integridade física e moral é garantia do preso, prevista no:

- a) Artigo 2º da Constituição Federal.
- b) Artigo 5º da Constituição Federal.
- c) Artigo 157 do Código Penal.
- d) Artigo 171 do Código Penal.

17. (IBADE – 2022) Segundo a Constituição Federal de 1988, ninguém será considerado culpado até a (o):

- a) Prisão em flagrante delito.
- b) Recebimento da denúncia.
- c) Sentença de absolvição sumária.
- d) Trânsito em julgado de sentença penal condenatória.

18. (IBADE – 2022) A Constituição Federal de 1988 dispõe que é livre a manifestação do pensamento, contudo fica proibido o(a):

- a) Anonimato.
- b) Indenização por dano moral.
- c) Reparação dos danos causados ao meio ambiente.
- d) Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais.

19. (IBADE – 2021) Segundo determina a Constituição Federal de 1988, todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País, a inviolabilidade de alguns direitos individuais, como o direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. Nesse contexto, o artigo 5º da Constituição afirma que:

- a) existe diferença entre homens e mulheres quanto a direitos e obrigações.
- b) existe livre locomoção no território nacional, porém não há direito ao habeas corpus.
- c) ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante.
- d) ninguém pode manifestar o pensamento livremente.
- e) ninguém entrará na casa de alguém, mesmo em caso de flagrante delito ou desastre.

20. (IBADE – 2021) Considere os Direitos e Garantias Fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988, particularmente no tocante aos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos. Assim, é certo que a lei não excluirá da apreciação do:

- a) Poder Judiciário, lesão ou ameaça a direito.
- b) Poder Legislativo, lesão ou ameaça a direito.
- c) Juízo ou tribunal de exceção, qualquer crime ou ato ilícito.
- d) Presidente da República, a iniciativa dos Projetos de Lei ordinária da Câmara de Vereadores.
- e) Presidente do Senado Federal, a iniciativa dos Projetos de lei complementar da Câmara dos Deputados.

21. (IBADE – 2021) O direito de reunião é direito fundamental garantido pela Constituição Federal de 1988. Considerando o que o texto constitucional dispõe sobre este direito, é certo que:

- a) A reunião deve ser pacífica e sem armas.
- b) A reunião pode ocorrer com pessoas armadas.
- c) A reunião necessita de autorização do poder público para ocorrer.
- d) É permitido frustrar-se outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local
- e) É permitido realizar-se a reunião e, somente depois, avisar aos órgãos públicos de controle sobre a sua realização, desde que seja expedido relatório circunstanciado sobre como ela ocorreu.

22. (IBADE – 2020) Segundo a Constituição Federal, a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador. No entanto, o próprio texto constitucional elenca algumas exceções em que é possível adentrar a casa mesmo sem o consentimento do morador. Vejamos algumas delas:

- I. em caso de desastre;
- II. para prestar socorro;
- III. caso o morador seja pessoa muito perigosa, a critério da autoridade pública.

Considerando as exceções citadas acima, **APENAS**:

- a) I está correta.
- b) II está correta.
- c) III está correta.
- d) I e II estão corretas.
- e) I, II e III estão corretas.

23. (IBADE – 2020) Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade... Qual das alternativas a seguir faz parte do artigo 5º, da Constituição Federal de 1988?

- a) Fundo de garantia do tempo de serviço
- b) Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei
- c) A dignidade da pessoa humana
- d) Autodeterminação dos povos
- e) Construir uma sociedade livre, justa e solidária

24. (IBADE – 2020) Considere as seguintes afirmativas:

- I. É expressamente vedada aplicação de pena de trabalho forçado.
- II. Asseguram-se o contraditório e a ampla defesa aos litigantes em processo judicial, não se estendendo tais garantias processuais aos procedimentos administrativos.
- III. Ninguém será preso senão após trânsito em julgado de sentença penal condenatória ou após o inadimplemento injustificado de obrigação alimentícia.
- IV. A lei penal é irretroativa, salvo quando sua aplicação retroativa beneficiar o réu.

Das afirmativas apresentadas acima, qual(is) corresponde(m) a direitos fundamentais previstos expressamente no art. 5º da Constituição Federal.

Está (ão) correta(s):

- a) somente I e III
- b) somente II
- c) somente II e IV
- d) somente III
- e) somente I e IV

25. (IBADE – 2020) De acordo com a Constituição Federal, o registro civil de nascimento é gratuito para os:

- a) nascidos no mês de dezembro.
- b) servidores públicos estaduais em geral.
- c) reconhecidamente pobres, na forma da lei.
- d) criminosos com sentença condenatória transitada em julgado.
- e) advogados regularmente inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil – OAB.

26. (IBADE – 2020) Segundo a Constituição Federal, ninguém será submetido a:

- a) direito de herança.
- b) livre manifestação do pensamento.
- c) direito de resposta, proporcional ao agravo.
- d) tortura, nem a tratamento desumano ou degradante.
- e) livre expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação.

27. (IBADE – 2020) De acordo com a Constituição Federal e nos termos da lei, a prática do racismo constitui infração penal sujeita à pena de reclusão, sendo considerado, ainda, crime:

- a) inafiançável e imprescritível.
- b) inafiançável e prescritível.
- c) inafiançável e inexistente.
- d) afiançável em sede policial.
- e) afiançável até dez salários-mínimos.

28. (IBADE – 2020) Acerca do uso de algemas, é correto afirmar que:

- a) a regra é usar algemas em todos os casos de prisão.
- b) pode ser justificado verbalmente ou por escrito.
- c) é proibido em mulheres presas, em qualquer penitenciária nacional.
- d) é proibido em adolescentes infratores, em qualquer caso.
- e) é permitido em caso de resistência e de fundado receio de fuga do preso.

29. (IBADE – 2020) No que tange aos direitos e garantias fundamentais postuladas na Constituição da República Federativa do Brasil, marque a alternativa correta:

- a) é livre a manifestação do pensamento, sendo permitido o anonimato.
- b) é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional.
- c) é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, desde que devidamente licenciada.
- d) será concedida extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião.
- e) é plena a liberdade de associação para fins lícitos, inclusive de caráter paramilitar.

30. (IBADE – 2020) Assinale a alternativa correta referente aos direitos e garantias fundamentais que dispõe a Constituição da República.

- a) É garantido o direito de herança
- b) É violável o sigilo da correspondência
- c) É suprimido o direito de propriedade
- d) É violável a liberdade de consciência e de crença
- e) É livre a manifestação de pensamento, sendo permitido o anonimato

31. (IBADE – 2020) De acordo com a Constituição Federal, a prática do racismo constitui:

- a) delito de homicídio.
- b) crime inafiançável.
- c) ato legítimo do cidadão.
- d) prática adequada na Administração Pública.
- e) ordem correta emanada pelo servidor público.

32. (IBADE – 2019) Acerca dos direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição de 1988, é **correto** dizer que:

- a) a locomoção no território nacional em tempo de paz pode ser proibida pela via do habeas corpus.
- b) é possível haver tribunal de exceção, como por exemplo o tribunal do júri, composto por pessoas do povo e não por juízes togados.
- c) não está garantido o direito de propriedade, sendo que quem tem a posse do bem tem presunção de propriedade do mesmo.
- d) é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.
- e) é livre a manifestação do pensamento, sendo a proteção ao anonimato essencial para sua garantia.

33. (IBADE – 2019) A Constituição Federal garante a todos o direito de propriedade. Porém, exige a condição de que a propriedade:

- a) tenha valor mínimo de R\$1.000,00 (mil reais).
- b) não possa ser vendida, mas apenas doada.
- c) não seja alugada para turistas.
- d) não seja deixada como herança aos filhos, mas apenas aos netos da pessoa falecida.
- e) atenda a sua função social.

34. (IBADE – 2019) Assinale a espécie de pena que a Constituição da República Federativa do Brasil atualmente em vigor autoriza.

- a) De banimento.
- b) Perpétua.
- c) De trabalho forçado.
- d) De morte, em caso de guerra declarada.
- e) Cruel.

35. (IBADE – 2019) Sobre inviolabilidade de domicílio, prisão e a restrição do horário para realização de busca domiciliar, assinale a resposta **correta**.

- a) Mandado de prisão tem autorização implícita de busca domiciliar e pode ser cumprido durante o dia e a noite.
- b) O morador que se recusar a entregar, durante o dia, um indivíduo que tenha contra si mandado de prisão estará em exercício regular de direito.
- c) O conceito de casa não se confunde com o de escritório profissional para fins de cumprimento de mandado de prisão.
- d) A prisão em flagrante encontra restrição de horário.
- e) O morador que impedir a autoridade policial de cumprir mandado de busca e apreensão no período noturno estará em exercício regular de direito.

36. (IBADE – 2019) São considerados crimes imprescritíveis:

- a) o racismo e a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.
- b) os hediondos e os equiparados a hediondos.
- c) o racismo, o estupro e o estupro de vulnerável.
- d) o genocídio, o homicídio qualificado, o estupro e o estupro de vulnerável.
- e) aqueles classificados como hediondos.

37. (IBADE – 2019) De acordo com a Constituição Federal, a criação de associações independe de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento. No entanto, sobre o tema é importante ressaltar que:

- a) ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado.
- b) as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas por decisão do Presidente da República.
- c) é plena a liberdade de associação, sendo inclusive permitida a de caráter paramilitar.
- d) homens e mulheres não são iguais perante a lei, cabendo a cada gênero um papel social pré-definido.
- e) nenhum ser humano será submetido a tortura nem a tratamento degradante.

38. (IBADE – 2019) Qual das alternativas abaixo faz parte dos direitos e garantias fundamentais descritos no Título II, Capítulo I, Art. 5º da Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988, em que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza:

- a) ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante; é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação independentemente de censura ou licença; são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.
- b) ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante; é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença; são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, sem qualquer direito assegurado, assegurado o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.
- c) ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante; é vedada a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação que deve ser censurada; são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.
- d) todo o indivíduo será submetido a tortura e a tratamento desumano ou degradante; é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação independentemente de censura ou licença; são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.
- e) ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante; é livre a expressão da atividade ilícita, criminal intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença; são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.

39. (IBADE – 2019) O direito de ir e vir é garantido constitucionalmente. Porém, muitas vezes as pessoas são impedidas de exercê-lo em sua plenitude, como, por exemplo, quando:

- a) a propriedade não atende a sua função social.
- b) o cidadão busca o órgão de trânsito para recorrer de uma multa, porém é informado de que o recurso deve ser interposto pelo próprio cidadão via internet.
- c) um deficiente físico em cadeira de rodas é impedido de seguir seu caminho porque existe apenas uma escada à sua frente, sem opção de rampa ou elevador.
- d) é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato.
- e) o cliente de um restaurante chama o garçom e pede um prato de frango, porém a refeição que chega é de peixe.